

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 157

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 041ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE OUTUBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Plauto Miró Guimarães e Antonio Anibelli.

Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moisés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3562

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3566

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 Sessões, do Projeto de Veto nº 072/2001, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3567

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 10 Sessões, da Proposição nº 054/2001, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3568

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a retirada do item 06 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, por falta dos anexos à proposta em questão.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 3569

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco das Proposições de Veto, itens 01 e 02, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3562, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

Requerimento nº 3569, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições de Veto, itens nºs 01 e 02, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento solicitando a inversão da Ordem do Dia, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, dispõe sobre alterações à legislação do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda nº 01, da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 02, de autoria de vários deputados. **Aprovada.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 033/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Fundo Paraná, Exercício Financeiro de 2000. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 033/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas que compõe o balanço e relatório do Fundo Paraná, gerido pelo Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, relativo ao exercício financeiro de 2000.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.10.2001.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Nereu Moura,
Marcos Isfer e Hermes Fonseca.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 040/2001**

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 040/2001, dando conhecimento das atividades realizadas no ano de 2000, através do Balanço e Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, gestor do Fundo Paraná.

Analisados o relatório e o balanço supracitados, constatamos que o todo encontra-se em conformidade com a legislação em vigor, não restando dúvidas quanto à exatidão das contas prestadas.

Assim sendo, pelo acima exposto, entende este relato em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 17.10.2001.

(a) DUÍLIO GENARI - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem, deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Estou fazendo chegar às suas mãos, senhor presidente, um requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia do item 06, em razão de que na Ordem do Dia distribuída à Casa, não consta absolutamente nada desta prestação de Contas do Fundo Paraná.

Pelo menos, para votá-lo, eu acho que seria importante deixar para outra votação para que pudesse ser anexado à Ordem do Dia a prestação de Contas, porque em absoluto, temos condições de votar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem razão, porque não está realmente anexada a devida prestação de contas e apenas e tão somente o parecer para conhecimento dos senhores deputados.

Em discussão o requerimento apresentado pelo deputado Caíto Quintana que retira da Ordem do Dia o Projeto 033/2001 que é o item nº 6, da pauta.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Houve um acerto com a Liderança do Governo e concordamos com a retirada.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o Requerimento nº 3568, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por falta dos anexos, a proposta em questão. **Aprovado.**

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 032/2001, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de setembro de 2001. Resolução nº 15 de 19.06.92. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADAS DA CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 032/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas do ressarcimento para atender as despesas dos senhores deputados, conforme Resolução 15 de 19.06.1992, artigo 14, referente ao mês de setembro de 2001.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 17.10.2001.

(a) COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Apoioamento:

Nereu Moura, Luiz Accorsi, Marcos Isfer e Hermes Fonseca.

**COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 085/2001****P A R E C E R :**

Encaminhada à esta Comissão a proposição em tela, que relata o relatório de movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de setembro de 2001, regulamentados pelos Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, conforme artigo 14.

Analisando o relatório do movimento relativo aos créditos para atender essas despesas, entendo que as referidas contas merecem aprovação, pois encontram-se dentro das normas de sua regulamentação e atendendo a legislação em vigor.

Assim sendo, entende este relator em aprovar a presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.10.2001.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 072/2001, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 022/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a criar, no âmbito da malha rodoviária estadual, a rodovia denominada "Caminho Ecológico do Iguaçu". RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, da Proposição nº 072/2001.

OF/CT/SEEG/ Nº 278/2001

Curitiba, 01 de agosto de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 138/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 022/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo criar, no âmbito da malha rodoviária estadual, a rodovia denominada "Caminho Ecológico do Iguaçu".

O projeto de lei em referência deixou de merecer sanção, por ter sido considerado contrário aos superiores interesses públicos, pelos motivos por mim ratificados, constantes do adiante transcrito pronunciamento da Secretaria de Estado dos Transportes:

"O referido projeto de lei propõe que a rodovia "Caminho Ecológico do Iguaçu", seja implantada a partir da BR-277, em Céu Azul, margeando o Parque Nacional do Iguaçu até a cidade de Foz do Iguaçu.

Em razão da justificativa onde cita o restabelecimento histórico, o entendimento é que se trata da antiga ligação de acesso a Foz do Iguaçu, denominada "Picada do Benjamim", não pavimentada, hoje sob responsabilidade municipal de uso exclusivo dos moradores e agricultores locais.

Ressalta-se que, por margear o Parque Nacional os critérios para construção rodoviária são bastante rigorosos, tendo em vista a legislação ambiental vigente, com restrições de edificações nas áreas limítrofes ao Parque tornando a obra mais onerosa, além de o tráfego existente não justificar a pavimentação da referida rodovia.

Não obstante, o programa de concessão de rodovias especificamente no Lote 3 prevê a duplicação da BR-277 de Santa Terezinha do Itaipu a Medianeira até o final de 2002 e melhorias no segmento que interliga a Cascavel nos anos subseqüentes, o que certamente ampliará a capacidade da rodovia, oferecendo fluidez do tráfego de veículos, segurança e conforto ao usuário.

Isto posto, entendemos que o presente projeto de lei não deve prosperar".

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa augusta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 022/2001, encontra-se publicado no DA nº 089/2001, de 21.06.2001, em redação final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO 072/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Eli Ghellere, autoriza o Governo do Estado a criar, no âmbito da malha rodoviária estadual, a rodovia denominada Caminho Ecológico do Iguaçu, com início na BR-277, em Céu Azul, até o município de Foz do Iguaçu.

A proposta foi vetada pelo executivo sob a alegação de que tal iniciativa é contrária ao interesse público, em função dos procedimentos rigorosos necessários para a construção de vias próximas à unidade de conservação; projeto de duplicação da rodovia BR-277 no trecho que cobre este mesmo percurso e domínio das administrações municipais em alguns trechos da estrada proposta.

Chamada essa Comissão a manifestar-se sobre o veto ao projeto, verificou-se que o Executivo respeitou os preceitos legais.

Portanto, nosso parecer é favorável à análise do veto em Plenário.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 054/2001, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 648/97, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste. RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, da Proposição nº 054/2001.

OF/CTL/SEEG Nº 187/2001

Curitiba, 25 de junho de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 081/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição

Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 648/97, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar a “Região Administrativa da Alta Costa Oeste”, integrada pelos municípios de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Maripá, Palotina, Terra Roxa, Guaíra, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras e Santa Helena.

A negativa de sanção ao projeto de lei complementar em referência decorre de pronunciamento expendido pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que demonstra ser a medida, pela forma como está posta e redigida, contrária aos superiores interesses públicos, dizendo que:

“O Poder Executivo Estadual, à busca contínua de meios que possibilitem a integração e o desenvolvimento regional, atento ao desenvolvimento de critérios de aplicação de diretrizes voltadas à descentralização do processo decisório e de interiorização da administração, dividiu o Estado em regiões administrativas, criando-as, inicialmente, em número de 17 (dezesete) pelo Decreto nº 2441, de 10 de fevereiro de 1988, a ela acrescentando mais duas regiões, através do Decreto nº 5.366, de 17 de julho de 1989 e da Lei Complementar nº 49, de 05 de janeiro de 1990, respectivamente, somando atualmente 19 (dezenove) regiões administrativas.

O projeto de lei, em tela, tem por objetivo a criação da região Administrativa da Alta Costa Oeste, com necessário desmembramento da 18ª Região Administrativa, com sede em Toledo.

A referida região formar-se-á pelo agrupamento dos municípios de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Maripá, Palotina, Terra Roxa, Guaíra, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras e Santa Helena.

Assim, ficaria a 18ª Região Administrativa, hoje composta por 20 (vinte) municípios, com apenas 08 (oito), a saber: Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste, Jesuítas, Ouro Verde do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Toledo e Tupãssi.

A esse fato faz-se necessário a ressalva de que a adoção de tal medida implicaria em irremediável conflito com os estudos técnicos de regionalização pautados pelo planejamento governamental, de modo a compatibilizá-los com a política e metas em âmbito regional desde os estudos originários do Decreto nº 2.441/88 aos recentes”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 648/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste, integrada pelos seguintes municípios: Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Maripá, Palotina, Terra Roxa, Guaíra, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras e Santa Helena.

Parágrafo Único - Os municípios que forem criados, na referida região, a partir da sanção desta lei, integrarão a Região Administrativa da Alta Costa Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.05.2000.

(a) PODER EXECUTIVO

JUSTIFICATIVA:

Com a presente propositura, pretendemos facilitar o processo de descentralização da Ação Administrativa da Capital do Estado.

Propomos a sede da Região Administrativa da Alta Costa Oeste no município de Marechal Cândido Rondon, levando em conta os órgãos estaduais e federais já instalados no município. Observamos ainda que o mesmo encontra-se localizado de maneira estratégica em relação aos municípios que integram a Região Administrativa da Alta Costa Oeste. Existe ainda o Campus Unioeste, onde são ofertados os cursos de Engenharia Agrônômica, Letras-Português, Ciências Contábeis, Administração de Empresas, História e Educação Física. A Região conta com aproximadamente 200.000 (duzentos mil) habitantes. Por outro lado, devemos considerar a proximidade das cidades integrantes, cuja maior distância é o município de Guaíra, com 63 (sessenta e três) quilômetros.

A criação da Região Administrativa da Alta Costa Oeste, implicará em inúmeros benefícios para as administrações municipais, proporcionando maiores possibilidades de desenvolvimento.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 054/2001

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veto o Projeto de Lei nº 648/97 de autoria do deputado Elio Rusch, que objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Região Administrativa da Alta Costa Oeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento a plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, acima aprovado, votaremos em bloco os itens 02 e 01.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/2000, veto apostado ao Projeto de Lei nº 136/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar na CIRETRAN de Maringá uma Junta Administrativa de Recursos e Infrações-JARI. RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 326/2001

Curitiba, 30 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 165/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que nos termos do artigo 87, inciso VII combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 136/99, por julgá-lo inconstitucional, porque, segundo parecer do DETRAN, por mim ratificado, fere o artigo 22, inciso XI, da Magna Carta e a Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 136/99 encontra-se publicado no DA nº 116/99, de 15.09.99, em redação final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 018/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veto o Projeto de Lei nº 136/99 de autoria do deputado Ricardo Maia que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar na CIRETRAN de Maringá uma Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento a plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/2000, veto aposto ao Projeto de Lei nº 088/99, de autoria do deputado Beto Richa, que regulamenta a cobrança de serviços efetuados através de telefonia no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 419/99

Curitiba, 28 de dezembro de 1999.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 247/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 088/99, por inconstitucionalidade, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo vedar, no âmbito do Estado do Paraná, a cobrança de quaisquer serviços prestados por terceiros através de telefonia nacional ou internacional, diretamente na conta telefônica sem a expressa autorização do usuário à companhia concessionária.

A negativa de sanção ao projeto de lei em análise decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que, versando sobre normas pertinentes à telecomunicações, afronta o artigo 22, inciso IV, da Magna Carta da Nação, que confere à União, competência privativa para legislar sobre a matéria.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 088/99, encontra-se publicado no DA nº 160/99, de 08/11/99, em redação final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 015/2000

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 088/99, de autoria do deputado Beto Richa, que regulamenta a cobrança de serviços efetuados através de telefonia no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido exposto dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados para votação.

O SR. DURVAL AMARAL **(Para Encaminhar)**

Só no sentido de orientar a Bancada que dá sustentação política ao Governo nesta Casa, para que votem SIM, mantendo os vetos do senhor governador.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA **(Pela Ordem)**

Os vetos não têm que ser apreciados em Sessão específica, única? Aqui temos uma pauta mista.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

A assessoria nos informa que pode ser incluída na Sessão normal.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Cesar Seleme)**

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados para votação).

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Convido os senhores deputados Luiz Carlos Zuk, Tiago Amorim Novaes e José Maria Ferreira, para procederem a contagem dos votos.

Quatorze deputados votaram SIM.

Vinte, NÃO.

Um voto em BRANCO.

Estão mantidos os vetos e rejeitados os projetos.

Votaram 35 senhores deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 301/2001

conceder, aposentadoria por invalidez a ROSI GOMES PANSOLIN, matrícula nº 40177, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos dos artigos 139, 224 e 235 da Lei nº 6.174/70, acrescidos de dois (02) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da mesma Lei, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 08, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 2181/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 302/2001

aposentar compulsoriamente, a partir de 05 de novembro de 2000, data em que completou a idade limite Constitucional, MARIA APARECIDA DOS SANTOS, matrícula nº 40202, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, nos termos do artigo 35, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Estadual com proventos mensais e proporcionais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de três (03) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 11, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 4639/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 303/2001

Determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de GIOACCHINO SUGAMOSTO, matrícula nº 549, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 7370/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 304/2001

Determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de CELSO APARECIDO DE CASTRO, matrícula nº 144, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 7398/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 305/2001

Determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de ZENO PACIORNIK, matrícula nº 411, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e

conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 7633/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 306/2001

Conceder a DULCINEIA ÂNGELA CECATTO, matrícula nº 40726, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Médica e lotada na Coordenadoria de Serviço Médico, nos termos do parágrafo único, do artigo nº 247, da Lei nº 6.174/70, Licença Especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 8578/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 307/2001

Conceder a NIVALDO VANDIR CORDEIRO, matrícula nº 40127, funcionário deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Coordenadoria de Segurança, nos termos do parágrafo único, do artigo nº 247, da Lei nº 6.174/70, Licença Especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997.

(Prot. nº 9272/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 308/2001

Conceder, aposentadoria por invalidez a BRÍGIDA LOBO KOLAROVICZ, matrícula nº 556, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupando o cargo de Oficial Legislativo, "A", nível NT-1, referência IV, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos do artigo 139, 224 e 235 da Lei de nº 6.174/70, acrescidos de cinco (05) triênios, de acordo com o artigo 4º e parágrafo 1º, da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da citada Lei nº 6.174/70; cinco (05) adicionais, de acordo com o artigo 171 e parágrafo 1º, da mesma Lei; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, conforme artigo 1º, da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo artigo 6º da Lei Complementar nº 21/84, e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos de inatividade de fls. 06, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Casa.

(Prot. nº 9979/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 309/2001

Conceder a EDICLEA RIBEIRO DE BRITO, beneficiária de ex-deputado estadual, IVAN SANTOS RUPPEL, falecido em 14 de setembro de 2001, pensão mensal, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, e artigo 1º da Resolução nº 045/90, de 26 de janeiro de 1990.

(Prot. nº 10056/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 310/2001

Revogar o Decreto Legislativo nº 064/91, datado de 31 de janeiro de 1991, que concedeu enquadramento de acordo com o artigo 25 das Disposições Transitórias, da Consti-

tuição do Estado do Paraná, no cargo de Oficial Administrativo NT-1, Grupo Ocupacional Técnico Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, a ERNESTO CHUERY, RG nº 1362779, Escrivão de Polícia, 2ª Classe, do Quadro Único de Pessoal da Polícia Civil, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em virtude da ADIN nº 483-2/2001, requerida pelo senhor governador do Estado do Paraná, ter sido julgada inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, em 25.04.2001, o artigo 25, supra mencionado.

(Prot. nº 10.423/2001)

PALÁCIO “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário